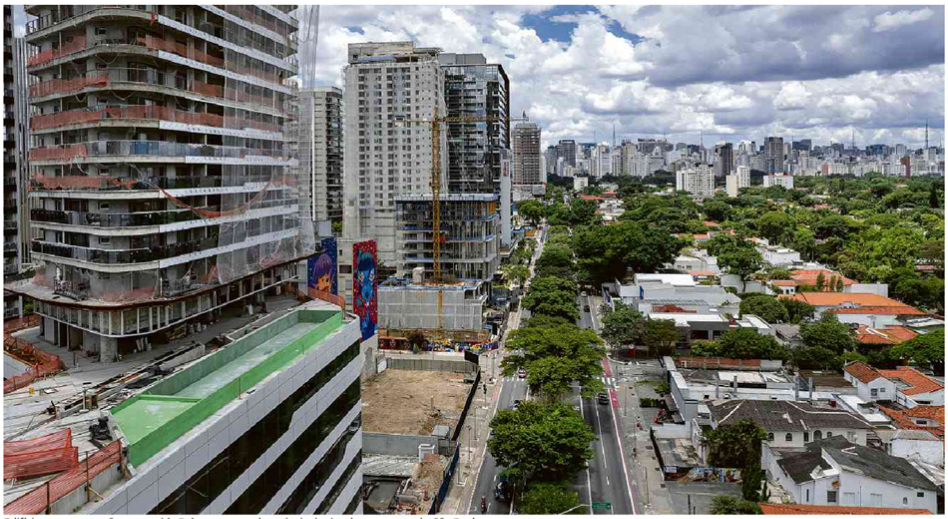
FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 26/02/2023 - 05:59

Ressaca do setor produtivo aumenta escrutínio com Lula 3



Edifícios em construção na avenida Rebouças, uma das principais vias da zona oeste de São Paulo Eduardo Knapp - 16.jan.22/Folhapress

Setor produtivo vive ressaca e calibra expectativas com governo Lula 3

Reforma tributária e retomada de consumo são prioridades para indústria, comércio e serviços

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Representantes dos principais setores da economia brasileira têm demandas específicas para o primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas concordam com três pontos que devem estar entre as prioridades do país: crescimento econômico, aumento no poder de compra dos brasileiros e melhora no sistema de cobrança de impostos.

A apresentação da nova regra fiscal (que substitua o teto de gastos) até março, a redução dos juros e o controle da inflação estão no centro das atenções do setor produtivo. Representantes defendem ainda políticas que ampliem a competitividade da indústria nacional.

Passada a pandemia, setores que conseguiram manter bons resultados em 2020 e 2021 vivem uma ressaca e esperam a retomada do crescimento. No fim do ano passado, dados que medem a atividade econômica já mostravam uma perda de ritmo. O nível de emprego melhorou, mas a renda média engatou trajetória de queda em 2021 e chegou aos menores patamares da década. O desafio agora é crescer mesmo com tantos obstáculos.

O setor de eletroeletrônicos é um dos que não conseguiu um bom resultado em 2022 nem com a Copa do Mundo, chamariz para a venda de televisores, segundo a Eletros (Associação Nacional dos Fabricantes de Eletroeletrônicos).

Desde o início da pandemia, os lares precisaram ser adaptados para o trabalho remoto, o que impulsionou as vendas, mas o fim de 2021 anunciava que a bonança acabaria.

No segmento de ar-condicionado, a associação projeta queda de 60% e, entre os refrigeradores, de 13%. Para as TVs, José Jorge do Nascimento, presidente-executivo da Eletros, diz que, com esforço, o setor deve empatar com 2021, ano sem qualquer impulsionador.

A avaliação no setor é de que o presidente Lula precisará garantir, já no primeiro ano, bons resultados. "Ele não poderá errar e terá a obrigação de adotar medidas de reaquecimento da economia", diz.

Apesar de haver consenso de que a cobrança de impostos tem que mudar, a reforma tributária é vista de maneiras diferentes de acordo com o setor e mesmo entre os segmentos industriais.

O diretor-executivo da Abvtex (Associação Brasileira do Varejo Têxtil), Edmundo Lima, destaca a complexidade na gestão dos impostos estaduais, o ICMS.

"Uma empresa do varejo que atue em todos os estados tem que lidar com dezenas de alíquotas de ICMS. É tudo muito complexo. A unificação de alíquotas e a simplificação é muito importante para nós", afirma.

A Abvtex representa nomes como Arezzo&CO (Anacapri, Reserva, Arezzo, Alexandre Birman), C&A, Centauro, Riachuelo, Dafiti, Malwee, Marisa, Renner, e os grupos Soma (Animale, Farm, Hering, Cris Barros, NV) e InBrands (Ellus, Richards, Bobstore, VR, Herchcovitch;Alexandre e Salinas).

Na indústria, a reorganização e simplificação tributária é tida como fator essencial para a reindustrialização. "A indústria passou de 27% do PIB para menos 11%. Claro, serviços e agronegócio cresceram, mas nós fundamentalmente perdemos competitividade. Aí o grande item da pauta é o custo Brasil e, nisso, o grande tema é a reforma tributária", diz Marco Polo de Mello Lopes, coordenador da Coalizão Indústria.

O grupo reúne entidades de 14 setores, entre eles a Aço Brasil (da qual Marco Polo é presidente-executivo), Eletros e fabricantes de plástico, máquinas, brinquedos e a indústria da construção.

"Temos uma agenda Brasil que atende a todos e todos os setores abriram mão das suas reivindicações específicas", diz Marco Polo. Na sexta (17), o grupo se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e apresentou as pautas conjuntas do setor. Além de tributos, demandas sobre transição energética e financiamento de exportações também foram tratadas.

A manutenção ou não do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) deve ser o ponto de discórdia entre a Eletros, o governo e outros setores (e mesmo na indústria).

Na base da Eletros há diversas fábricas instaladas na Zona Franca de Manaus. Atualmente, bens fabricados na região estão protegidos do corte de 35% do IPI. A medida tomada no governo Jair Bolsonaro (PL) atinge 4.000 produtos feitos em outras regiões e foi mantida pela nova gestão.

A Zona Franca tem como um seus diferenciais a isenção do IPI sobre bens lá produzidos e, se houvesse a redução do imposto em todo o país, essa vantagem diminuiria.

A blindagem pretendeu manter a competitividade desses produtos, tornando-os mais baratos que seus similares importados. As propostas mais avançadas de reforma tributária acabam com o IPI.

Para a Eletros, a vantagem tributária da Zona Franca precisa ser mantida. O segmento mantém ainda outros pontos de atenção sobre a reforma tributária, como o período de transição e a situação de estados e municípios que investiram em polos industriais.

"Há estados em que o benefício tributário aumenta conforme a distância com a capital. A reforma precisa entender essas particularidades regionais, não podemos acabar preterindo estados e regiões."

Para Marco Polo de Mello Lopes, da Aço Brasil, das siderúrgicas, é essencial acabar com a cumulatividade de impostos. "Temos um regime que você fica com uma conta de débito, outra de crédito e, quando vai exportar, fica um resíduo tributário muito forte, de 6,5%, em média, e de 7% para a siderurgia", afirma.

Ele defende o aumento da alíquota do Reintegra, mecanismo de compensação tributária de exportações, hoje em 0,1% (já foi de 3%). O ajuste seria um paliativo, diz, enquanto a reforma não é aprovada.

"Onde a gente deveria ter o melhor resultado em exportações, que é a balança comercial de manufaturados, que tem o maior valor agregado, mais que minério ou soja, acumulamos déficit", afirma. Esse déficit, diz ele, saiu de US$ 78 bilhões em 2020 para US$ 128 bilhões, em 2022.

A pauta conjunta da indústria inclui o alongamento no pagamento de impostos. Como é hoje, o prazo para recebimento de vendas costuma ser maior do que o de recolhimento de tributos. "Principalmente nas pequenas e médias indústrias, ele [o empresário] tem de recorrer aos bancos. O que a gente vem propondo também aos estados é para que haja uma compatibilidade entre os prazos."

Varejo quer fiscalização de concorrentes internacionais

A tributação do ecommerce e o enfrentamento a plataformas estrangeiras (como a Shein) são pontos de destaque entre as reivindicações do varejo têxtil. A Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil) é outra crítica à insuficiência da fiscalização sobre essas empresas. O setor aponta para uma falta de isonomia na tributação.

Enquanto as empresas brasileiras estão sujeitas a impostos em todas as etapas, as plataformas estariam usando o benefício de isenção para trocas entre pessoas físicas para evitar o imposto de importação (se cobrado do cliente em todas as operações, tornaria os produtos mais caros).

O outro problema, segundo a Abvtex, é etiquetagem e segurança, normas às quais o varejo é obrigado a atender. "A partir de testes que fizemos e de conversas com consumidores, entendemos que não há o cumprimento dessas normas."

As varejistas de moda querem discutir o imposto para importação. Lima diz que a tarifação subiu de 20% para 35% em 2007. Na época, veio de uma pressão da indústria e seria temporário. "Era um tempo para que a indústria investisse e se tornasse mais competitiva, mas a alíquota nunca mais voltou." A média internacional desse tipo de imposto fica entre 16% e 18%.

O modo como o governo Lula enfrentará temas como emprego e renda será importante para o varejo têxtil, diz Edmundo Lima, da Abvtex.

"Há expectativa que trate a questão social com mais força, pois foi o discurso ao longo de toda a campanha. Para a gente, é importante não só em relação ao emprego, mas na manutenção de benefícios e a na valorização do salário mínimo", afirma.

Para Ivo Dall'Acqua Júnior, vice-presidente da FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo), o nível de confiança do consumidor está baixo. O ano começou com "sacolejos" no varejo (com Americanas e outras grandes redes relatando dificuldades financeiras).

"Percebemos que o consumidor está cauteloso, mas há um otimismo porque parece que o cenário vai se definindo e parece que a economia vai caminhar", afirma.

A Eletros avalia existir uma crise do consumo, que precisa ser enfrentada com geração de emprego e distribuição de renda.

Na indústria da construção, medidas tomadas pelo governo nestes primeiros dias foram bem recebidas, como o Minha Casa, Minha Vida.

A Abrainc (associação das incorporadoras) diz que o programa será fundamental no desempenho do setor. A Cbic (câmara da indústria da construção) elogiou a intenção de acabar com saques anuais do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). O setor, que viu seus resultados disparem na pandemia, quando o ambiente doméstico passou a receber ainda mais atenção, agora se espreme diante da alta dos juros.

No agronegócio, a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) diz que as expectativas são as mesmas do período eleitoral. Documento endereçado aos "próximos governantes" trata de questões como segurança alimentar, desenvolvimento econômico, social e sustentável.

O setor está irritado com o que considera ter sido o esvaziamento do Ministério da Agricultura, e dos acenos do novo governo a pautas ambientais.

Propostas mais avançadas para a reforma

PEC 45 - RELATÓRIO DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO
- Substitui PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS por um Imposto sobre Bens e Serviços e um Imposto Seletivo sobre cigarros e bebidas alcoólicas
- Transição de seis anos em duas fases, uma federal e outra com ICMS e ISS
- Substitui a desoneração da cesta básica por devolução de imposto para famílias de menor renda

PEC 110 - RELATÓRIO SENADOR ROBERTO ROCHA
- Cria a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) com fusão do PIS e Cofins
- Criação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), com fusão do ICMS e ISS
- Substitui IPI por imposto sobre itens prejudiciais à saúde e meio ambiente
- Restituição de tributos a famílias de baixa renda

PL 3887/2020 - DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA
- Criação da CBS com fusão do PIS e Cofins
- Mantida regra atual de desoneração da cesta básica

PL 2337/2021 - TEXTO APROVADO NA CÂMARA
- Isenção do IRPF na faixa até R$ 2.500 e correção de média de 13% nas demais faixas
- Desconto simplificado de até R$ 10.563,60 (hoje, limite é de R$ 16.754,34)
- Tributação de dividendos, com isenção para o Simples e lucro presumido
- Corte da alíquota-base do IRPJ de 15% para 8%
- Corte da CSLL em até 1 ponto percentual

Fontes: Câmara dos Deputados e Senado Federal

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 14

Copyright © Clipclap 2025.